

ENTRE FESTAS E LUTAS: O PALMEIRA CLUBE E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA EM ITUIUTABA-MG (1985-1995)

Matheus Barbosa Dias¹

Resumo: O presente artigo analisa a trajetória histórica e o impacto sociocultural do Palmeira Clube entre 1985 e 1995, destacando seu papel como instituição fundamental para a comunidade negra de Ituiutaba no estado de Minas Gerais. O estudo investiga como os associados do clube construíram estratégias para transformá-lo em um espaço de formação identitária e valorização da cultura afro-brasileira, resistindo às dinâmicas de exclusão territorial e social. A pesquisa dialoga com a produção acadêmica sobre clubes sociais negros no Brasil, abordando sua luta por reconhecimento como patrimônio histórico e cultural. Examina ainda a ocupação desses espaços como lugares antropológicos de resistência, onde se articulam disputas simbólicas e territoriais, e se reforçam laços de pertencimento. O Palmeira Clube é apresentado como um caso emblemático de ressignificação cultural, evidenciando décadas de enfrentamentos e estratégias coletivas para preservar tradições e afirmar identidades negras em um contexto marcado por desigualdades. O artigo busca, assim, contribuir para a discussão sobre a memória, resistência e agência dessas instituições, destacando seu legado na luta por visibilidade e equidade no Brasil.

Palavras-chave: Clube Social Negro; Comunidade Negra; Identidade Cultural; Palmeira Clube; Territorialidade.

Abstract: This article seeks to analyze the historical trajectory and socio-cultural impact of the Palmeira Clube between 1985 and 1995, an institution of significant importance to the black community in the city of Ituiutaba in Minas Gerais. The main problem of this research is to investigate the relationship established between the members associated with the Palmeira Clube and the strategies used to configure this space, transformed into a place for identity formation and the promotion of afro-brazilian culture in Ituiutaba. Putting into perspective the academic production on black social clubs in Brazil, the struggle of the community and leaders for recognition of these clubs as historical and cultural heritage and the occupation of these spaces, as an anthropological and social place, as a representative stage of the community in the face of territorial tensions and disputes. Correlating them to the various forms and conditions of struggle and confrontation, perpetuated over decades of fight and resistance, linked to these clubs that have been re-signified as places of belonging and safeguarding Afro-Brazilian culture and traditions.

Keywords: Black Social Club; Black Community; Cultural Identity; Palmeira Club; Territoriality.

Introdução

Em todos os estados do território brasileiro é possível encontrar espaços recreativos de lazer construídos e destinados a determinados grupos sociais, nesses locais que comumente se oficializam como agremiações, clubes ou associações, permeia um espaço de vivências, trocas, aprendizados e ensinamentos, pelos quais os participantes se identificam a partir de traços em comum, constituindo confluências ideológicas, políticas, culturais e econômicas que os

¹ Graduado em História (Bacharel e Licenciatura) e Pós-graduando em Docência na Educação Profissional e Tecnológica pela Universidade Federal de Uberlândia. Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-6993-3022>

caracterizam em uma singularidade ao mesmo tempo única e plural, onde se faz presente em determinadas circunstâncias sócio-políticas um conjunto de objetivos e reivindicações.

As vivências humanas nestes locais, são passíveis da historicização das experiências, como no caso do Palmeira Clube, fundado julho em 1945, emergindo como um espaço de socialização para a comunidade negra da cidade de Ituiutaba no estado de Minas Gerais. Dentre as várias manifestações ocorridas no local, é possível observar a preponderância das representatividades culturais e identitárias que simbolizam a luta e a resistência do grupo diante uma região com um contexto histórico e geográfico marcado pela segregação e conservadorismo.

Portanto, este estudo aborda a temática dos clubes sociais negros distribuídos por várias partes do território brasileiro, com foco na correlação entre essas instituições e o Palmeira Clube da cidade de Ituiutaba. Ao examinar o contexto sociocultural em que o Clube se inseriu, o trabalho revela como essas associações desempenharam um papel fundamental na construção e preservação da identidade afrodescendente no Brasil, especialmente nos espaços urbanos, durante o período pós-abolição da escravidão de 1888. O Palmeira Clube, em particular, destaca-se como um espaço de resistência cultural e social, proporcionando à comunidade negra de Ituiutaba um lugar de pertencimento, socialização e expressão de suas tradições e lutas. O estudo enfatiza a importância desses clubes como ambientes que promovem inclusão, reforçam a identidade coletiva e resistem às forças sócio-políticas da exclusão, esquecimento e segregação.

Metodologia

A metodologia utilizada para a produção deste trabalho baseou-se na História oral, por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com membros da diretoria do Palmeira Clube, da gestão de 1991 e 1992, possibilitando o acesso às memórias individuais e coletivas sobre o Clube. Além disso, foram analisadas fontes primárias, como o Estatuto Social do Palmeira Clube de 1986 e um álbum documental produzido pela diretora cultural dessa gestão, Maria José da Silva, que inclui uma variedade de materiais, como textos, fotografias, telegramas, discursos, convites para eventos e outros registros. Esses documentos fornecem um panorama detalhado das atividades sociais e culturais realizadas, bem como das experiências vividas pela comunidade negra de Ituiutaba durante esse período.

Como aponta CAVALHEIRO (2016), é importante delimitar as relações entre memória e história, como também o processo de relembrar o passado, em uma tentativa de buscar as significações perdidas no tempo, é necessário lançar para as lembranças do passado um olhar

passível de historicização, em que seja possível elucidar as significações que não chegaram a ser expostas na superfície das memórias, desta forma, encontrar nessas histórias do passado o sentido das vivências que carecem de historicidade no presente.

Para isso, a contribuição dos trabalhos de THOMPSON (1981) são grandes pontos de referência nas discussões sobre a aplicação do conceito de experiência no estudo das relações de produção e cultura, segundo o autor, as experiências humanas são centrais para a compreensão dessa associação, destacando que homens e mulheres não são meros indivíduos autônomos, mas sujeitos que vivenciam e interpretam suas situações e relações produtivas através de necessidades, interesses e antagonismos, o que influencia tanto a consciência quanto a cultura. Essas experiências, segundo Thompson, têm o potencial de organizar indivíduos em torno de objetivos comuns e transformar essas vivências em cultura e tradição, conectando memórias coletivas e percepções individuais.

Neste sentido, a pesquisa historiográfica da memória cria uma necessidade metodológica de análise das experiências humanas no tempo, insere-se aí os estudos de análise da relação dialética entre memória e história, entre os contrastes e convergências dos dois conceitos, e as possibilidades de análise de fontes na pesquisa e produção do conhecimento histórico. Nessa direção a fonte oral se apresenta como uma oportunidade a ser explorada.

A partir dessa base teórica e metodológica, a pesquisa visa lançar um olhar sobre os esforços da comunidade negra de Ituiutaba para criar um espaço próprio, onde fosse possível realizar atividades de lazer e manifestações culturais, que se apresentam desde as primeiras décadas do século XX até o ano de 2014, quando o Palmeira Clube teve suas atividades encerradas por meio de uma interdição judicial do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Resultados da Pesquisa

O presente artigo teve como objetivo investigar e compreender a relevância do Palmeira Clube em Ituiutaba, com um foco específico na forma como esse grupo e as atividades socioculturais promovidas por eles, moldaram a identidade do Clube e da comunidade negra local. A problemática que norteou a pesquisa, sobre o papel do Palmeira como um espaço de resistência cultural e de inclusão social, foi parcialmente respondida ao longo da análise dos relatos de sócios e diretores durante as entrevistas realizadas, os dirigentes entrevistados foram, Luzia Eterna Ribeiro, diretora social, Maria José da Silva, diretora cultural e Ismael Antônio Barbosa, presidente do Palmeira Clube. Além da análise do álbum organizado por Maria José e

das fontes nele contidas, com ênfase nas tradições festivas e na memória coletiva preservada, pela diretoria do Clube durante o biênio de 1991-1992.

Este estudo representou um esforço para resgatar e preservar a memória de uma instituição que foi muito mais do que um simples local de entretenimento. O Palmeira Clube, através de suas atividades, consolidou-se como um espaço de resistência e expressão cultural afro-brasileira, especialmente em um contexto de segregação e exclusão social. A análise das festividades, como os concursos de beleza, bailes de carnaval e os desfiles de rua, promovidos pelo Clube, revelou não apenas sua função recreativa, mas também sua missão cívica em valorizar e perpetuar as tradições afrodescendentes. Isso reforça que o Palmeira não apenas promovia entretenimento, mas desempenhava um papel crucial na formação de uma consciência coletiva e na construção de laços comunitários, conforme prevê o Estatuto Social do Palmeira Clube.

A utilização do álbum como fonte de análise foi essencial para possibilitar uma compreensão mais abrangente sobre o Clube e seus significados sociais e culturais. Ao organizar cronologicamente os eventos mais importantes da primeira gestão de Ismael Barbosa, o álbum não apenas resguardou a memória institucional, mas também revelou a intenção da diretoria de reforçar os marcos históricos e os feitos de sua gestão. Embora seja um recorte limitado da história completa do Palmeira, ele permite uma visão mais detalhada sobre as relações sociais, as celebrações e os desafios enfrentados pela comunidade durante esse período.

Contexto Histórico

De acordo com COSTA (2011), pesquisadora e participante das atividades desenvolvidas pelo Clube, o primeiro espaço que sediou as atividades do Palmeira estava localizado na avenida 19 entre as ruas 22 e 24 na cidade de Ituiutaba, na área central da cidade, neste período, o espaço denominado Casa Clube foi o primeiro a congregar interesses da comunidade negra em prol da construção de um lugar efetivo para realização de festividades e celebrações desse tipo. Porém, a construção de uma sede própria naquele local apresentava dificuldades materiais e econômicas, portanto, foi postergada até o ano de 1937, quando foi cedido um terreno pela prefeitura da cidade no loteamento onde hoje se situa a praça Treze de Maio.

Este lugar posteriormente, veio a se tornar referência para a comunidade negra tijucana, onde hoje se localizam a Paróquia São Benedito, a Fundação Zumbi dos Palmares e várias sedes de ternos da congada, além da própria praça Treze de Maio, onde são realizados anualmente

festividades e celebrações da Irmandade São Benedito e da Congada. De acordo com a definição da pesquisadora Amanda Souto:

As práticas congadeiras estão relacionadas aos grupos que realizam festejos em devoção a santos e santas católicos/as e não católicos/as, como Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia, utilizando-se de danças, cantos, toque de instrumentos, bandeiras e outros objetos e performances para afirmarem seu comprometimento festivo e devocional. Tais práticas estão ligadas às celebrações festivas-rituais de grupos populares, nesse caso, respectivos a grupos negros. (SOUTO, 2020, p. 6)

Antes do início da construção do Clube no local onde hoje se situa a praça Treze de Maio, o terreno foi trocado por outro, na avenida 23 entre as ruas 38 e 40, às margens do córrego São José, local em que o Clube foi efetivamente construído e inaugurado no ano de 1970. Dessa forma, o Palmeira Clube se constituiu como espaço representativo dos anseios da comunidade negra na cidade, para que fosse possível estabelecer um espaço privado e seguro para a socialização entre os membros desta comunidade.

Na imagem abaixo (Figura 1) se destaca a praça Treze de Maio ao centro, e as edificações próximas, como a Paróquia São Benedito e a Fundação Zumbi dos Palmares, a construção da nova sede do Palmeira Clube teria sido realizada nesta área, de acordo com a proposta apresentada entre representantes do Clube e o prefeito José Arcênio de Paula na década de 1960.

Figura 1 – Praça Treze de Maio



Fonte: Google Earth (2024).

Nessa perspectiva, a presente pesquisa teve como objetivo perceber como se deram as dinâmicas das políticas internas que se constituíram no espaço do Palmeira Clube, quais suas inspirações, trocas e demandas sociais por cultura e educação. Como o Clube, seus sócios e dirigentes, se portavam frente as tensões sociais existentes, reconhecendo e ressignificando sua ocupação nesse espaço como parte de uma comunidade.

Para isso, é necessário compreender as experiências desse grupo, vivenciadas a partir de manifestações culturais e significações da identidade étnico-racial, em torno do Palmeira Clube. Desenvolvendo um trabalho de rememoração das vivências dessas pessoas que participaram dos quadros da diretoria e sócios do Clube, que contribuíram de forma significativa para a construção identitária da comunidade negra na cidade. Observar as atividades socioculturais realizadas naquele espaço e colocá-las em perspectiva sobre as demandas e resistências internas da cidade e dos próprios sócios da agremiação, bem como, historicizar as memórias sobre as atividades elaboradas neste espaço e suas relações com o momento atual.

Estabelecer conexões entre as experiências do tempo passado e as demandas do tempo presente, buscando preservar as memórias acerca das experiências vivenciadas no Palmeira Clube, a fim de reunir e constituir documentação pertinente aos enredos culturais do grupo social observado. Analisando a representatividade deste local para as famílias que puderam, ao longo dos vários anos de funcionamento do Clube, expressar sua cultura de forma livre e assegurar os momentos de lazer familiar.

Pensando nisso, as relações entre a memória e história se destacam no campo do estudo das ações humanas no tempo. Observar essas relações circunscritas neste recorte, abre possibilidades de pesquisa para as atuações da população negra, que emergem da necessidade de se estabelecer como símbolo e identidade da cultura afro-brasileira, esta perspectiva de resistência e insistência se concretiza nos vários anos de atuação do Clube na cidade.

Nesta perspectiva, a comunidade negra assume o protagonismo através de suas ações políticas, mobilizando a capacidade de organização e realização, etapa importante para que se constituísse espaços de atuações em que fosse possível pensar os anseios e necessidades do povo negro, se materializando na forma de um Clube que não se destinava exclusivamente a festas e celebrações, mas, também, se configurou como um polo das discussões inerentes as dificuldades encontradas por este coletivo, sobretudo em uma cidade que se inscreve no plano do Brasil do século XX, conservando valores reacionários de divisões raciais no trabalho, educação, lazer, saúde e outros setores da vida cotidiana.

Os Clubes Sociais Negros e o Palmeira Clube

Assim como no Palmeira Clube em Ituiutaba, várias comunidades negras espalhadas por todo o território brasileiro, mobilizaram-se para a criação de espaços e locais onde fosse possível expressar suas manifestações culturais e organizar suas atividades sob uma proposta coletivista de união em torno desses espaços de pertencimento. As datas de fundação desses Clubes incidem principalmente nos anos finais do século XIX e início do XX, sob uma nova configuração social brasileira respectiva ao período do pós-abolição de 1888, portanto, mapear esses Clubes e suas localidades se torna tarefa indispensável para a compreensão e análise do estado da arte, para as quais apontam as produções acadêmicas relativas ao tema em todo o país e sob quais metodologias e conclusões os estudos desses clubes estão inseridos.

Nesta perspectiva, a contribuição do trabalho de E. P. Thompson para a análise sócio-histórica da cultura, referenciada no texto “*O termo ausente: a miséria da teoria (1981)*”, é fundamental para compreensão da forma como as experiências dos indivíduos e das classes sociais são centrais na construção do tecido social e cultural. Thompson rejeita a visão estruturalista que tende a reduzir a história a categorias fixas e impessoais, argumentando que a experiência humana, em toda a sua complexidade, não pode ser negligenciada. Ele critica a abordagem de teóricos estruturalistas, que, segundo ele, marginalizam a agência dos indivíduos e subestimam o papel da cultura como um campo de luta e contestação.

O que descobrimos está num termo que falta: “experiência humana”. [...] Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura. (THOMPSON, 1981, p.183).

Conjuntamente a perspectiva de análise metodológica da América Afro-Latina, discutida pelo historiador norte-americano George R. Andrews (2007), compõem conceitos e formas de análise que empreendem os esforços para compreensão da relação das condições de vida do negro no continente americano. Portanto, contribuem para a problematização da história de vida dos cidadãos negros de Ituiutaba e sua disputa por territórios onde fosse possível manifestar sua cultura, sem medo ou receio de retaliações, se inserindo, desta forma, em um plano historiográfico global dos desafios enfrentados pelo povo negro, que transcendem não apenas as fronteiras dessa cidade, mas também desse país, logo, tornam-se passíveis de observação através de variados recortes de espaços e temporalidades.

A Luta pela Cidadania Negra em Ituiutaba

Em consonância com os quadros de vivência do negro nas esferas transatlântica, transnacional e global, no Brasil, autores como Flávio Gomes e Verónica Secreto (2017) desenvolvem trabalhos de pesquisa utilizando-se desta perspectiva para pensar as intersecções das relações raciais nos âmbitos regionais, nacionais e globais.

[...] a categoria de afro-latino-américa, enquanto uma ferramenta teórica que apela simultaneamente para as dimensões globais e locais; transnacionais e regionais; étnicas e territoriais; antropológicas e históricas da presença africana numa ‘porção’ do continente americano. Por detrás dessa categoria – à primeira vista pode parecer sintética e limitadora – se esconde um conjunto de experiências diversas, de semelhanças e dessemelhanças. (GOMES; SECRETO, 2017, p. 8).

A vida do negro em Ituiutaba, como em muitas outras cidades do Brasil, reflete as complexas dinâmicas sociais e históricas que marcam a realidade desse grupo, portanto, através das possibilidades metodológicas de análise abordadas pela perspectiva da América Afro-Latina, se empreende o esforço de correlacionar as diferentes histórias, memórias e vivências da comunidade negra tijucana, circunscrita e impactada pelos fenômenos exógenos do país, sobretudo com relação às temáticas e movimentos que buscam preservar e valorizar a cultura afro-brasileira e lutar pela igualdade de direitos.

Nesta perspectiva, a História social que analisa o período referente ao Brasil pós-abolição, compreende as disputas e dissidências que entrelaçam o processo da abolição da escravidão com o direito à liberdade e cidadania, sobretudo pelas diferentes formas como os negros livres e libertos foram excluídos, pelo Estado brasileiro, do processo de construção e conquista do direito à cidadania, precedendo sua negação à condição de ilegitimidade e abandono.

Sendo assim, seguiu-se um processo de urbanização e ocupação do território e do espaço brasileiro, marcado pela marginalização e segregação espacial da população negra, pois, para aqueles que não compete o reconhecimento da cidadania, foram negadas as políticas de inclusão social, reparações ou suporte do Estado. Portanto, o problema histórico do pós-abolição ainda persiste no seio da democracia atual, onde a pesquisa histórica se faz presente quando aponta para as problematizações desse quadro de segregação e desigualdade, empreendendo esforços na historicização das relações raciais fundamentadas no período da escravidão, cuja negação da cidadania e a forma como as relações raciais no Brasil se desenvolveram a partir de então, afetam diretamente a história contemporânea da população negra do país.

Clubes Sociais Negros como Patrimônio Cultural

Entre os anos de 2001 e 2010 a comunidade acadêmica, ligada aos estudos do tema de clubes negros, realizou diversos levantamentos regionais no país sobre a localização e situação dos clubes em questão. No ano de 2015 o Estado brasileiro representado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), realizou um levantamento que resultou no mapeamento de mais de 150 clubes sociais negros em todo o território brasileiro. Esta iniciativa foi fruto da luta e insistência de várias organizações e lideranças ligadas à manutenção e preservação da história e memória desses espaços.

A Constituição Federal de 1988 elucida questões relativas ao direito de proteção do Patrimônio Cultural do Brasil, no seu capítulo terceiro, que trata da educação, cultura e desporto, destaca no artigo 216 o conceito de patrimônio cultural e define os tipos de bens que são considerados parte desse patrimônio, estabelecendo que tanto bens materiais, como objetos e edificações, quanto bens imateriais, como a música, a dança e a linguagem, podem ser reivindicados como patrimônio cultural, baseado no seu valor social, cultural, histórico, artístico, antropológico entre outros.

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988, cap. 3, art. 216).

As definições sobre patrimônio apresentadas na Constituição Federal de 1988 serviram de base para apropriação dos debates posteriores que vieram a ser fundamentados na luta pelo reconhecimento dos clubes sociais negros do país como patrimônios culturais, baseando-se na perspectiva de que esses clubes são locais de salvaguarda de vários tipos de manifestações culturais, sendo dever do Estado prover sua legitimação e reconhecimento como parte do patrimônio coletivo do país.

A partir dos anos de 2001, lideranças coligadas entre vários clubes sociais passaram a se organizar em prol de interesses em comum, sobretudo na região Sul e Sudeste do país, para a conquista do reconhecimento oficial dos clubes como patrimônio pelas autoridades competentes. Em 2009, representantes dos clubes sociais negros do Rio Grande do Sul, Paraná,

Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, encaminharam ao IPHAN, um pedido elaborado pela historiadora Giane Vargas Escobar, para mapear os clubes sociais e inclui-los na categoria “Lugar”, como parte do Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, tendo sido concluído este mapeamento no ano de 2014.

De acordo com BRAGA (2019), a inserção desses clubes pelo IPHAN na categoria “Lugar” lhes garante uma concepção mais condizente com sua real função social, de existirem enquanto espaços de socialização para a comunidade negra, não sendo limitados apenas a percepção de um lugar físico, mas sim, a concepções mais abrangentes, capazes de incorporar lugares antropológicos, históricos e geográficos.

Os Clubes Sociais Negros não são sacros, nem tem arquitetura considerada significativa. Seu “valor” está em existir como indício de uma história não contada, um rastro de práticas de segregação racial não admitidas num estado acostumado a se ver como branco, formado por etnias europeias que também construíram seus “quadrados”, sempre exaltadas na formação do Estado. Enquanto os quilombos eram os lugares de foragidos no meio rural, os clubes foram os lugares dos libertos desejantes de inserção social. (BRAGA, 2019, p. 16).

A luta pelo reconhecimento dos clubes sociais negros como patrimônios culturais reflete a importância de preservar espaços que desempenharam e continuam desempenhando papéis fundamentais na construção da identidade e na resistência cultural da comunidade afrodescendente no Brasil. A Constituição Federal, ao ampliar o conceito de patrimônio cultural, oferece uma base sólida para a valorização dessas instituições, que não apenas abrigam manifestações culturais, mas também testemunham a trajetória histórica de exclusão e busca por cidadania da população negra.

A inclusão dos clubes na categoria “Lugar” pelo IPHAN em 2014 representa um avanço significativo nesse processo, reconhecendo a relevância histórica e antropológica desses espaços como símbolos de luta contra o racismo e de fortalecimento da memória coletiva. Assim, a trajetória de reivindicação e mapeamento desses clubes reforça a necessidade de uma política cultural que promova a inclusão e salvaguarda da diversidade cultural brasileira, garantindo que esses espaços sejam legitimados e preservados.

Reflexões sobre o Palmeira Clube e sua Interdição Judicial

Nesse sentido, de pensar a problemática dos lugares de memória, o historiador Pierre Nora (1993) traz uma importante contribuição, primeiramente, por meio da distinção entre dois termos, a história e a memória. Para ele, a história é algo racional, crítica e analítica, onde é cabível sua observação a partir do distanciamento e imparcialidade entre o sujeito observador

e o objeto observado; enquanto a memória, é algo subjetivo, que só pode ser compreendido a partir da relação íntima que se estabelece entre o grupo, ou indivíduo, e a memória, desta forma, seu estudo é um fenômeno vivido, imediato e profundamente enraizado na experiência coletiva de grupos sociais.

Por isso, a obra de Pierre Nora é tão importante, porque garante a fundamentação teórica para a análise metodológica de um objeto que, por sua inerente subjetividade, tende a ser tendencioso e, requer do observador, a compreensão de que o estudo da memória de um grupo, sobre um lugar, parte primeiramente das considerações, marcos, lembranças e esquecimentos que este grupo produz sobre esse espaço e respectivamente sobre uma parte de sua própria biografia.

O estudo dos lugares encontra-se, assim, na encruzilhada de dois movimentos que lhe dão seu lugar e seu sentido: de um lado um movimento puramente historiográfico, o momento de um retorno reflexivo da história sobre si mesma, de outro lado, um movimento propriamente histórico, o fim de uma tradição de memória. [...] Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. (NORA, 1993, p. 12-13).

Assim como acontece no Palmeira Clube, as representações da memória sobre um determinado lugar, são carregadas de imprecisão, a memória é seletiva e parcial, está ligada a lugares, eventos ou figuras simbólicas que têm um significado especial para uma comunidade. Ela não busca a objetividade ou a abrangência, pelo contrário, a memória é fragmentada e muitas vezes se concentra em aspectos específicos que são considerados importantes ou representativos para o grupo.

Essa característica subjetiva do estudo da memória é aplicável ao Palmeira Clube, quando se considera a memória sobre um fenômeno específico enfrentado pelo Clube, que é o de sua interdição judicial no ano de 2014, os membros da diretoria de 1991 e 1992, ao serem questionados sobre as possíveis causas da interdição do Clube pela justiça, apresentaram diferentes opiniões, e relembram de fatos distintos sobre o mesmo período, indicando diferentes causas prováveis para o fechamento do Clube.

Em janeiro de 2014, foi decretada a interdição judicial do Palmeira Clube pelo Ministério Público de Minas Gerais, esta ação foi movida pelos residentes vizinhos ao Palmeira Clube, motivada pelo incomodo gerado pela emissão de sons e ruídos durante as noites de bailes e celebrações, a ação judicial decretou que os dirigentes deveriam revestir o salão de festas com

uma estrutura de isolamento acústico, o alto custo do projeto inviabilizou sua efetivação naquele momento, em decorrência do descumprimento do decreto, a ação judicial deferiu a interdição do espaço, fechado desde então.

Posteriormente, uma vistoria do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, apontou a falta de dispositivos de segurança como luzes de emergência, extintores e *sprinklers* no interior do salão de festas, necessários para a liberação do alvará de funcionamento. Agravante à questão, no ano de 2016, dependentes químicos passaram a ocupar o salão do Palmeira Clube enquanto o mesmo, estava interditado, consumindo e comercializando entorpecentes no interior do local, vandalizando e depredando a estrutura e os documentos guardados no Clube, além disso, o número de roubos e delitos aumentou nas proximidades do espaço, instaurando um grave problema de insegurança pública para os residentes do bairro.

Em março de 2023, uma vistoria da Secretaria de Obras da Prefeitura de Ituiutaba, orientou a demolição do edifício, apontando para o risco de desabamento da estrutura predial do salão, atualmente, o Clube e suas dependências permanece a mais dez anos interditado e sem manutenção. Atualmente, líderes e entidades ligadas ao Palmeira Clube, trabalham para solucionar as complicações legais enfrentadas pela agremiação.

Segundo o presidente da diretoria, Ismael Barbosa, os problemas enfrentados pelo Clube se deram pelo aumento das fiscalizações de segurança em ambientes festivos, por conta da pressão popular sobre a falta de diligência do Estado e das autoridades no acidente da boate *Kiss* (tragédia ocorrida em 27 de janeiro de 2013 na cidade de Santa Maria no Rio Grande do Sul, resultou em 242 pessoas mortas), de repercussão nacional, ocorrido um ano antes da interdição do Palmeira Clube e pelas reclamações recorrentes dos residentes próximos a agremiação. Para ele, a ineficiência em adequar as instalações do Clube às normas e padrões de segurança e isolamento acústico, exigidos pela legislação brasileira, causaram a sua interdição:

Nós tivemos uma pandemia agora recentemente, mas antes da pandemia nós tivemos a boate Kiss, que exigiu dos clubes, eu penso, e das autoridades militares e civis, o maior rigor da lei. Não que eles quisessem, judiar deste ou daquele ambiente festivo. Eles foram obrigados, de certa forma, pelo próprio rigor da lei e por aquilo que eles responderam diante da Boate Kiss.

[...] Mas então, lá (no entorno da sede do Clube) a população foi chegando, inclusive eu que nasci lá também (nas imediações do Palmeira Clube na av. 23 c/ 40), os outros também foram chegando. E aí vem doente, “o barulho tá demais, acaba com isso aí.” Então você tem que corrigir essas coisas todas, entendeu? Como não houve tempo hábil, de acordo com a exigência da lei, não houve outra saída a não ser interditar. E com interdição veio essa situação (apropriação do imóvel por dependentes químicos e população em situação de

DOSSIÊ HISTÓRIA E EMOÇÕES

rua). E historicamente, por falta de sorte, assim eu penso, é que o Palmeira está na situação que está hoje.²

Para a diretora cultural, Maria José da Silva, a ruptura de ideologia entre antigos e novos membros sobre como lidar com os problemas do Clube, como este da interdição, proporcionou a desarticulação entre os antigos associados e a nova diretoria composta por membros mais jovens, o que resultou na irresolução da questão:

Eu acredito que o Clube veio de uma tradição, e naquela época, a juventude estava vindo tendo oportunidade, porque a juventude começava a dizer que o Clube só era governado pela madureza (membros de idade avançada que regularmente compunham a diretoria) e precisava da juventude, só que a madureza, que sempre lutou pelo Palmeira Clube e deu todo esse respaldo, passou pra mão da juventude, [...] Eles excluíram a madureza, a madureza afastou, a juventude não estava preparada, a hora do primeiro fracasso do Palmeiras (intimação da justiça para adequação do salão de festas), abandonou tudo. E agora você precisa da madureza voltar, unir com a juventude, para poder levantar o Clube.³

Segundo Ismael, a diretoria foi incapaz de se adaptar às exigências legais de segurança e isolamento acústico a tempo, o que resultou na sua interdição, para ele, a situação do Clube é fruto de circunstâncias externas e de um certo "azar", contextualizado pela situação da boate *Kiss*, ao invés de falhas internas na gestão. Por outro lado, Maria José, coloca ênfase em problemas internos de governança, especialmente na transição de poder entre gerações dentro do Clube. Ela acredita que a desarticulação entre os antigos membros, mais experientes e a nova diretoria, mais jovem, foi um fator crucial para a irresolução dos problemas. Para ela, a juventude, embora necessária, não estava preparada para lidar com as responsabilidades da gestão do Clube, o que resultou no abandono do projeto após o primeiro desafio.

Tanto a interdição quanto a depredação do patrimônio físico que o Palmeira Clube sofreu nos últimos anos, se assemelha em muito à situação de vários outros clubes sociais negros por todo o Brasil, os pedidos de registro para que sejam tombados como patrimônio cultural imaterial do Brasil pelo IPHAN, assegura aos clubes as condições legais para se resguardarem judicialmente e confere a estes lugares de memórias, manifestações e

² Ismael Antônio Barbosa, 57 anos, participou como presidente da diretoria do Palmeira Clube em dois mandatos, entre os anos de 1991 e 1992 e posteriormente entre os anos de 1999 e 2000, músico multi-instrumentista, radialista, comunicador e empresário, atua no sistema de rádio de Ituiutaba há mais de 35 anos, em programas jornalísticos e musicais.

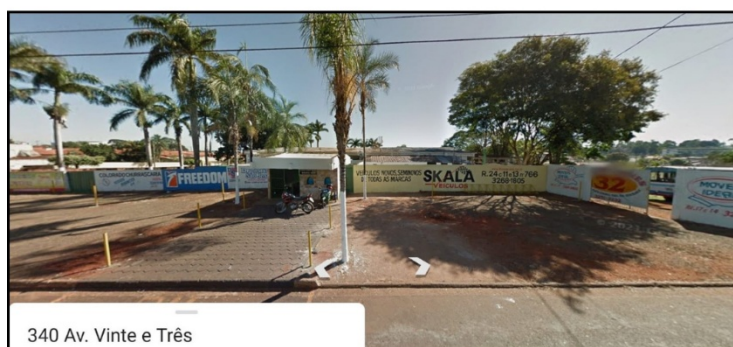
³ Maria José da Silva, 71 anos, participou como diretora cultural da diretoria do Palmeira Clube entre os anos de 1991 e 1992, foi professora de Matemática na rede pública de ensino, presidente do Sindicato das Empregadas e Trabalhadoras Domésticas de Ituiutaba; idealizadora e Coordenadora do PT Mulher no Triângulo Mineiro e presidente do Palmeira Clube entre os anos de 1998 e 1999.

performances, a condição de monumento, mesmo àqueles que não estejam sendo ocupados e em funcionamento, sua função enquanto um “lugar” de manifestação e ocupação do negro ainda persiste na historicização e patrimonialização local, por isso, se dá a importância das mobilizações em prol de seu reconhecimento, guarda e preservação.

Como mostram as imagens comparativas, na fotografia à esquerda, em 2011, o Palmeira Clube ainda estava em funcionamento, preservando sua importância como espaço de sociabilidade e cultura para a comunidade. Nesse período, mesmo enfrentando dificuldades orçamentárias para financiamento de suas atividades e manutenção, o Clube continuava a sediar eventos e manter viva a tradição das festividades que marcaram sua história. Já na imagem à direita, de 2024, dez anos após sua interdição, o Clube encontra-se em um cenário distinto, evidenciando os desafios que levaram à sua paralisação. A comparação entre as imagens reforça a necessidade de refletir sobre os fatores que contribuíram para essa mudança, como dificuldades estruturais, falta de apoio e transformações sociais que impactaram diretamente em sua existência e continuidade.

Figura 2 – Fachada do Palmeira Clube

Fachada do Clube em 2011



Fachada do Clube em 2024



Fonte: Google Street View (2024).

Palmeira Clube – Um “lugar de memória”

O Palmeira Clube, enquanto “Lugar” antropológico, histórico e social, já existia desde a década de 1920, onde membros da comunidade negra se reuniam em galpões de processamento de grãos, barracões improvisados e posteriormente em um espaço alugado, sediado na avenida 19 entre as ruas 22 e 24, com o nome de Casa Clube, sendo este, o primeiro espaço da organização que posteriormente viria a se tornar o Palmeira Clube.

Ao ser questionada sobre suas primeiras memórias e experiências com o Palmeira Clube, Luzia Eterna Ribeiro, diretora social da chapa “Liberdade” que dirigiu o Palmeira Clube entre os anos de 1991 e 1992, responde:

A história se faz dessa maneira. [...] naquela época é que os negros trabalhavam, trabalhavam e nos fins de semana se encontravam, desciam muito bem-vestidos, mas não tinham local onde eles pudessem comemorar as festividades, a sua dança e naquela época o preconceito era muito grande porque ainda não era permitido o negro entrar nos mesmos espaços, nos carros, nos clubes dos brancos, então o preconceito era muito grande. [...] esse espaço, que foi o primeiro clube ali na 19 com a 24 e a 22. [...] Era o Clube Palmeiras, clube que a gente conheceu até essa data aí, dessa data de 45 (1945).

(...) Eu ia escondida, saía mais cedo e ia... tinha cerca de 15 anos, porque tinha um casamento que eu fui, só que eu era alta, esguia, aí eu entrei, então foi um casal de pessoas, foi o primeiro baile que eu assisti, mas com mentira né... que eu não tinha idade.⁴

O relato de Luzia Eterna Ribeiro, apresenta um recorte sobre a vida social da comunidade negra de Ituiutaba em meados do século XX, ela reflete a realidade enfrentada pelos negros, que, mesmo após a abolição da escravidão, continuaram a enfrentar barreiras significativas para acessar espaços públicos e sociais, reservados ao acesso exclusivo de pessoas brancas, porém, acrescenta que apesar das restrições e do preconceito, a comunidade negra na cidade encontrava formas de preservar sua cultura e celebrar suas tradições.

Deste modo, os primeiros anos de funcionamento do Palmeira Clube são manifestados como um símbolo da resistência cultural e social do povo negro da cidade, observa-se a potencialidade do Clube enquanto espaço de promoção da coletividade e experimentação de atividades recreativas, no oferecimento de um local onde os negros podiam se reunir, dançar, celebrar e afirmar sua identidade, mesmo em uma sociedade que os marginalizava.

A menção de Luzia sobre a sua experiência pessoal, de ir ao Clube escondida e antes da idade permitida, também ressalta a força do desejo de pertencimento e de participar das atividades culturais da sua comunidade, mostrando a relação da juventude com esse espaço, que por muitas vezes, proporcionou encontros amigáveis e amorosos, inclusive namoros e casamentos. Portanto, sua fala se manifesta como um relato da resistência cotidiana da

⁴ Luzia Eterna Ribeiro, 72 anos, aposentada como servidora pública do município, participou como diretora social do Palmeira Clube entre os anos de 1991 e 1992.

comunidade negra, que, mesmo diante de uma sociedade que os excluía, criou e manteve espaços onde podiam expressar e valorizar sua cultura e identidade.

Considerações Finais

Essa análise abriu caminho para o início de uma compreensão mais ampla da história do Clube, sobretudo na investigação das causas da decadência do Palmeira Clube nos últimos dez anos. Apesar disso, o impacto cultural e social do Palmeira, principalmente como espaço de resistência e celebração das tradições afrodescendentes, permanece incontestável.

Ao abordar o estado da arte produzido pela academia sobre o tema de clubes sociais negros no Brasil e a fundação do Palmeira Clube e seu papel como espaço de resistência em um contexto de exclusão racial durante meados do século XX, juntamente aos destaques das festividades e a preservação da memória cultural, fica evidente que o Palmeira Clube não só proporcionava momentos de lazer, mas também desempenhava um papel central na luta pela valorização da cultura negra. As tradições carnavalescas, os eventos e os esforços para manter a memória coletiva viva, são evidências de que o Palmeira transcendeu à função de Clube recreativo, assumindo um papel formador na identidade afro-brasileira local.

Em suma, este trabalho reafirma a importância de investigar e registrar a história de instituições como o Palmeira Clube, que, ao longo de décadas, foram responsáveis por promover a inclusão social, a resistência cultural e a preservação de tradições afrodescendentes, em um Brasil marcado pela desigualdade e segregação.

Referências

- ALBERTI, Verena. **Fontes orais – História dentro da história**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2010. p. 155-202.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Raça e racismo**. In: Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019. p. 17-37.
- ANDREWS, George R. **América-Afro-Latina: 1800-2000**. Tradução: Magda Lopes. São Carlos: EdUFSCar, 2007.
- VICTORA, Ceres; SIQUEIRA, Monalisa Dias de. **Na sequência da tragédia: sofrimento e a vida após o incêndio da Boate Kiss**. Revista Antropolítica, Niterói, n. 44, p.178-201, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.22409/antropolitica2018.0i44.a41807>>.
- BRAGA, Geslline G. **“Cada um no seu quadrado”: os Clubes Sociais Negros e a imaterialidade do lugar na produção cultural do real**. Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 22, n. 2, p. 06-24, 2019. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/58394>>.
- CAVALHEIRO, Maria Eloisa. **As Contribuições dos Estudos sobre Memória e História Oral no Mundo Acadêmico e na Sociedade**. Revista Práxis, Novo Hamburgo, v. 1, p. 33–

40, 2016. Disponível em: <

<https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraxis/article/view/565>>.

COSTA, Iza. **Memórias e Histórias de Negros em Ituiutaba nas décadas de 1930/60**.

Monografia (Graduação em História). Ituiutaba: Instituto de Ciências Humanas do Pontal, Universidade Federal de Uberlândia, 2011.

LIMA, Alessandra Rodrigues; SILVA, Guilherme Carvalho da. **Mapeamento dos clubes sociais negros no Brasil: análise e sistematização de informações**. Brasília: Iphan, 2015.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História.

Tradução: Yara Aun Khoury. São Paulo, PUC-SP. n° 10, p. 12. 1993. Disponível em: <
<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>>.

RAFAEL, Luana Regina M. **Entre o ritmo, a cor e o movimento: as territorialidades na festa de congada da cidade de Ituiutaba/MG**. Dissertação (Mestrado em Geografia).

Ituiutaba: Universidade Federal de Uberlândia, 2018. Disponível em: <

<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/21554>>.

SECRETO, María Verónica; GOMES, Flávio dos Santos. **Territórios ao Sul: Escravidão, escritas e fronteiras coloniais e pós-coloniais na América**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

SILVA, Fernanda Oliveira da. **As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil – Uruguai no pós-abolição (1870 – 1960)**.

Tese (Doutorado em História), Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/10183/172963>>.

SILVA, Renata Nogueira. **Projetos culturais e redes de solidariedade: Traduções e transposições das práticas congadeiras**. *Áltera Revista de Antropologia*, João Pessoa, v. 2, n° 3,

p. 73-97, jul./dez. 2016. Disponível em: <
<https://periodicos.ufpb.br/index.php/altera/article/view/29564#:~:text=O%20objetivo%20do%20trabalho%20%C3%A9%20compreender%20os%20modos%20pelos%20quais>>.

THOMPSON, Edward P. **O Termo ausente: a Experiência**. In: *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 180-200.